

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE O ESTADO EM MOÇAMBIQUE

Gabriel Mithá Ribeiro¹

INTRODUÇÃO

O que se pretende com a comunicação é apresentar, de forma sucinta, interpretações preliminares de pesquisas sobre a dimensão política do pensamento social levadas a cabo em Moçambique em 2003² e 2004, na sequência de investigações anteriores³.

Depois de desenvolver o trabalho empírico nas províncias de Maputo, Nampula e Tete, o último trabalho no terreno decorreu entre os meses de Junho e Agosto de 2004, tendo incidido especificamente na cidade de Tete.

As pesquisas no terreno⁴, bem como a investigação no seu todo, têm sido orientadas em torno de três conceitos fundamentais:

¹ Doutorando em Estudos Africanos e membro do projecto “Reconstituição dos espaços políticos na África Lusófona”, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, coordenado por Franz-Wilhelm Heimer e realizado no quadro do Centro de Estudos Africanos – ISCTE de Lisboa.

² Em 2003 as pesquisas no terreno, numa parte, foram articuladas com as pesquisas de Franz-Wilhelm Heimer & Elisete Marques da Silva. Veja-se F. Heimer, E. Silva & G. Ribeiro (2004) “Representações sociais, valores e atitudes face ao político em Angola e Moçambique”, comunicação também a ser apresentada no VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra.

³ Ribeiro, Gabriel Mithá (2000), *As representações sociais dos moçambicanos, do passado colonial à democratização: Esboço de uma cultura política*, Lisboa: Instituto da Cooperação Portuguesa; IDEM (2002) «Em torno da cultura política dos moçambicanos», in: *As ciências sociais nos espaços de língua portuguesa (Actas do VI congresso luso-afro-brasileiro de ciências sociais)*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. I, pp.81-83.

- a) **representações sociais** ou **cognições sociais**⁵ (J. Vala⁶);
- b) **cultura política** ou **pensamento social sobre o político**⁷ (G. Almond & S. Verba⁸ e, sobretudo, F. Heimer, J. Vala & J. Viegas⁹);
- c) e o **modelo teórico de participação social** de Hirschman: *exit, voice* e *loyalty*¹⁰.

A esses três conceitos-chave associam-se outros. Desses, alguns merecem destaque particular: **atitude** (S. Chaiken & A. Eagly¹¹); **identidade social** (H. Tajfel¹²) e **categorização social** (H. Tajfel¹³).

Na essência a pesquisa pretende captar as representações sociais hoje existentes sobre o estado em Moçambique, estado esse considerado, na perspectiva em que se coloca a investigação, por um lado, como referente central na orientação do pensamento social, ou seja, está-se na dimensão política apenas quando o estado

⁴ No geral, a duração média das entrevistas foi superior a 1 hora. Os entrevistados foram escolhidos aleatoriamente nos diferentes bairros da cidade e houve a intenção de captar alguma diversidade sociológica. No total, em 2004, foram realizadas 61 entrevistas registadas por escrito. O guião da entrevista fazia desenvolver a conversa em torno de três eixos, no âmbito dos quais era permitido ao entrevistados desenvolverem raciocínios: estado colonial (até 1974-1975), estado pós-colonial da I República (até finais dos anos 80) e estado pós-colonial da II República (desde inícios dos anos 90).

⁵ No debate realizado no ISCTE (Lisboa) a 12.05.2004, o Prof. Franz Heimer sugeriu que o conceito de “representações sociais”, pela sua amplitude e pelo que comporta, tende a dar lugar ao conceito de “cognições sociais” que expressa uma realidade mais precisa, dado que o conteúdo em causa apenas remete para a dimensão cognitiva.

⁶ Vala, Jorge (1993) «As representações sociais no quadro dos paradigmas e metáforas da psicologia social», *Análise Social*, nºs 123-124, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pp.887-919; Idem (1997), “Representações sociais - Para uma psicologia social do pensamento social”, in: Vala, Jorge & Monteiro, Maria Benedicta (orgs.), *Psicologia social*, 3ª ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 353-384.

⁷ No mesmo debate no ISCTE (Lisboa) a 12.05.2004 o Prof. Franz Heimer sugeriu que o conceito de “cultura política” deve ser usado para situações mais específicas, uma vez que uma cultura política implica sempre a existência de uma constelação sedimentada de características, o que não acontece na esmagadora maioria das situações dos tecidos sociais africanos. Por isso sugere o uso da expressão “pensamento social sobre o político”.

⁸ Almond, Gabriel & Verba, Sidney (1992), “La cultura política”, in: Almond, Gabriel *et alii* (orgs.), *Diez textos básicos de ciência política*, Barcelona, Ariel, pp.171-201.

⁹ Heimer, Franz-Wilhelm & Vala, Jorge & Viegas, José Manuel Leite (1990), “Cultura política - Uma leitura interdisciplinar”, *Sociologia - Problemas e práticas*, nº8, pp.9-28.

¹⁰ Hirschman, Albert O. (1970), *Exit, voice, and loyalty. Responses to decline in firms, organizations, and states*, Cambridge & Massachusetts & London, Harvard University Press.

¹¹ Chaiken, Shelly & Eagly, Alice H. (1993), *The psychology of attitudes*, USA, Harcourt Brace College Publishers.

¹² Tajfel, Henri (1983), “Categorização social, identidade social e comparação social”, in: Tajfel, Henri, *Grupos humanos e categorias sociais – II*, Lisboa, Livros Horizonte, pp.289-303.

¹³ Idem.

aparece como referente (directo ou indirecto); por outro lado, tomamos como pontos de ancoragem os diferentes momentos em que, ao nível do pensamento social, o estado aparece como uma entidade com características específicas que nos permitem identificar modelos de estado distintos: o **estado colonial** (até 1974-1975); o **estado pós-colonial da I República** (até finais dos anos 80, particularmente com a liderança do presidente Samora Machel); e o **estado democrático da II República** (desde inícios dos anos 90, particularmente após os acordos de paz de Roma de 1992 e as primeiras eleições gerais de 1994).

Uma nota importante a realçar, de acordo com o enquadramento teórico da investigação¹⁴, é a necessidade de uma distinção epistemológica entre, por um lado, a história e, por outro lado, as representações sociais, ainda que uma parte significativa do conteúdo das representações em causa remeta para o passado. É importante consolidar este argumento para sublinhar que não há aqui qualquer revisionismo da história¹⁵, mas tão só que a essência das pesquisas¹⁶ tem a ver com o “ir atrás” das dinâmicas das representações sociais hoje existentes sobre o político. Isso implica, como se sabe, uma permanente reelaboração e renovação da realidade (presente e passada), uma vez que, entre outros aspectos, o pensamento social sobre o político só é perceptível na dimensão temporal. Assim sendo, o passado é objecto de reinterpretções em função das inserções sociais no presente, assumindo contornos complexos nos mais diversificados domínios.

NOTAS PRELIMINARES DE UMA PESQUISA EM CURSO

1. Estado democrático *versus* estado socialista & estado colonial

¹⁴ A componente teórica desta investigação e muitos aspectos é subsidiária da sociologia do pensamento e, sobretudo, da psicologia social.

¹⁵ Embora, sem dúvida, no caso de Moçambique, o revisionismo da história esteja em curso, com uma inquestionável legitimidade. Veja-se, a título de exemplo, Ncomo, Bernabé Lucas (2003), *Uria Simango – Um homem, uma causa*, Edições Novafrica, Maputo; ou Cabrita, João M. (2000), *Mozambique. The tortuous road to democracy*, Great Britain, Palgrave.

¹⁶ Um debate equívoco parece o sustentado por Teixeira, José Pimentel (2003), «Ma-Tuga no mato. Imagens sobre os portugueses em discursos rurais moçambicanos», *Lusotopie 2003: Violences et controle de la violence au Brésil, en Afrique et a Goa*, pp.91-112, nota 87 da pág.111.

Como os dados empíricos recolhidos em 2004 na cidade de Tete ainda não foram analisados de forma sistemática, apresentam-se apenas algumas hipóteses interpretativas. O prosseguimento das pesquisas permitirá consolidá-las (ou não).

Uma primeira tese que se equaciona tem a ver com o seguinte: se, em termos de divisão “tradicional” ou institucional da evolução diacrónica de Moçambique (como no geral das ex-colónias, particularmente as africanas) tendemos a dividir o tempo político entre a fase colonial e a fase pós-colonial, sendo essa viragem um marco cronológico por excelência, quando analisamos a evolução do estado a partir das representações sociais hoje existentes, consubstanciadas em torno de modelos de actuação do estado (estado colonial; estado pós-colonial socialista; e estado pós-colonial democrático), sem negar a importância da diferenciação entre o colonial e o pós-colonial, uma primeira análise das entrevistas permite realçar com nitidez a tendência, ao nível do pensamento social sobre o político, em estabelecer um outro marco separador do tempo histórico do estado. Com efeito, vem ganhando saliência a divisão entre, por um lado, o estado democrático da II República (desde os anos 90) e, por outro lado, o estado pré-democrático (estado colonial e estado pós-colonial socialista).

O que isto significa, numa primeira análise, é que, ao nível das percepções sociais sobre o estado, existem tendências para uma maior aproximação entre o modelo de actuação do estado colonial e o modelo de actuação do estado pós-colonial da I República, do que entre este último e o actual estado democrático.

Ou seja, quando tomamos os dois processos de transição – de 1974-1975 para a independência e 1992-1994 para a democratização – como pontos de referência na estruturação social do tempo, eles tendem a ter relevância equiparada. Mas não só. Se fizermos uma análise mais incisiva do pensamento social sobre o político, fazendo assentar as nossas interpretações na forma como os actores sociais entrevistados abordam diferentes temáticas associadas ao estado, detecta-se uma muito maior proximidade entre o estado colonial e o estado de Machel, do que entre o estado socialista de Samora Machel e o estado democrático de Joaquim Chissano.

Isto, parecendo uma questão de pormenor, é um aspecto essencial de qualquer sociedade que passou por experiências políticas diversificadas - autoritárias e democráticas - no espaço de três, quatro gerações. Quando socialmente há a tendência para partir o tempo entre um “antes” e um “desde” e se, para a “nova era”, a transição para a democracia tende a ser um marco relevante, estamos, inequivocamente, perante processos de consolidação democrática. Mesmo que se refira que o caso moçambicano não foi uma transição completa (a Frelimo mantém-se no poder desde a independência em 1975) ou mesmo que saibamos que a relação dos actores sociais com o passado esteja longe de ser linear ou homogénea. Para usar a terminologia de Chaiken & Eagly, o passado em si, para o pensamento social sobre o político, é um estruturante *attitude object*¹⁷.

Se retirarmos da expressão “regime democrático” rótulos normativos ou categóricos que, muitas vezes a acompanham, - “democracia consolidada”, “democracia de facto”, “democracia sustentável”, “democracia ocidental”, etc. – podemos afirmar que, ao nível do pensamento social, há indícios de democratização suficientemente sedimentados em Moçambique.

É evidente que tudo isto não é linear e merece análises mais complexas. Temos de ter ainda em atenção que estamos a fazer interpretações apenas de percepções captadas na cidade de Tete com um número limitado de entrevistados (61).

No intuito de consolidar o argumento, deixam-se notas de três situações paradigmáticas por serem questões centrais do debate político num país com as características de Moçambique:

¹⁷ Segundo as autoras “atitude é uma tendência psicológica expressa pela avaliação de uma entidade particular com algum grau a favor ou contra” e essas entidades, na presente investigação, são captáveis apenas em determinadas conjunturas históricas. É aí que encontramos o *attitude object*, precisamente porque a atitude implica sempre a existência de uma avaliação em relação a um objecto. Veja-se Chaiken, Shelly & Eagly, Alice H. (1993), *The psychology of attitudes*, USA, Harcourt Brace College Publishers, pp.1-2.

1.1. A primeira situação tem a ver com a forma como tende a ser percebida a relação do estado com o mundo rural. Em traços gerais, o estado democrático da II República é considerado como distante das populações rurais¹⁸ e se, de facto, elas não têm sido ainda mais marginalizadas, isso deve-se sobretudo à actuação de outros organismos que não o estado, particularmente às organizações não governamentais e às igrejas. Portanto, não parecem existir na actualidade representações de violência por parte do estado sobre os camponeses e é precisamente isso que permite um contraponto mais vincado com o passado pré-democrático¹⁹.

Diferente é a representação que se tem do estado colonial e do estado pós-colonial da I República na sua relação com os espaços rurais. Nos dois últimos casos emerge a percepção de um estado interventivo e, no geral, fazendo-o de forma autoritária ou mesmo violenta. Esse autoritarismo ou essa violência é negativa quando, por exemplo, se refere a violência do estado colonial associada ao trabalho forçado (em Tete essa é a representação mais saliente do estado colonial) ou a colectivização forçada do mundo rural no tempo do estado socialista. É passível de maior aceitação, ou, pelo menos, tida como coercividade nos limites da legitimidade do estado (de qualquer estado), a violência do estado que se prende com as políticas de escolarização forçada do tempo colonial (se bem que muito pontualmente referidas)²⁰ ou com as campanhas de escolarização feitas durante a governação do presidente Machel.

Este último caso é, aliás, um exemplo quase único em que se considera que o estado soube aproximar-se das populações rurais sem ser de forma violenta e sem, ao mesmo tempo, se distanciar delas. Neste caso há mesmo um reconhecimento, bastante significativo, da acção meritória do estado socialista. Isso até tende a ser apresentado como contraponto ao elitismo da escolarização na actualidade ou do tempo colonial²¹.

¹⁸ Em Tete o estado é até muitas vezes acusado de ser excessivamente centralizado em Maputo ou no sul, discriminando negativamente o centro e o norte do país.

¹⁹ É evidente que se tratam de representações de populações urbanas. Ainda assim, são de extrema relevância por traduzirem representações suficientemente vincadas de diferentes modelos de actuação do estado.

²⁰ A “tangata”, isto é, o trabalho obrigatório para os pais que não mandavam os filhos para a escola chega a ser interpretado como um “justo mal necessário”.

²¹ Alguns entrevistados referem claramente que o problema não é hoje não haver escola para todos, mesmo nos espaços rurais, mas antes a escolaridade, a partir de um certo nível, ser vista como um

Portanto, no que diz respeito à relação do estado com o mundo rural a diferença de fundo é entre o estado democrático e o que havia antes. Entre o estado colonial e o estado socialista há uma diferença de grau, que envolve especificidades, e não tanto uma diferença de fundo.

1.2. A segunda percepção que afasta o estado pós-colonial democrático dos anteriores (colonial e pós-colonial socialista) é a questão da lei e da ordem. Enquanto que o estado na actualidade é maioritariamente representado como apático, passivo, laxista ou mesmo imoral na relação com a lei e a ordem – é sintomático o uso frequente da expressão «deixa-andar», lugar-comum que acaba por associar, ainda que de modo indirecto, o modo de actuação do Presidente Chissano ao fenómeno do «cabritismo»²² e à criminalidade -, o estado colonial e o estado socialista de Machel são representados como autoritários e com capacidade para fazerem respeitar a lei e a ordem (sobretudo o estado colonial) ou os princípios de governação (sobretudo o estado socialista), cujo efeito positivo era uma mais eficaz regulação e previsibilidade das relações sociais²³.

É evidente que as questões da autoridade e da legitimidade necessitam de um maior aprofundamento, não só por se tratarem de temas centrais nas representações sobre a acção do estado e, portanto, sobre o político, como também porque é necessário clarificar de que tipo (ou ideal-tipo) de autoridade ou de legitimidade do estado se trata: se draconiana porque fundada numa lógica racional - «a lei é dura, mas é lei»²⁴ -, se arbitrário porque fortemente assente na personalização do poder, se democrática porque assente em mecanismos políticos de contratualização cíclica e legitimamente renovados, ou se estamos perante algo de difuso ou de intermédio²⁵.

feudo das elites, enquanto que no tempo do presidente Samora Machel as bolsas de estudo no exterior estavam ao alcance do “filho do camponês”.

²² Retoma-se uma expressão muito comum designadora do fenómeno da corrupção em Moçambique, em especial no aparelho de estado: «o cabrito come onde está amarrado».

²³ Os fenómenos da corrupção e da criminalidade na estruturação dos discursos sobre o político.

²⁴ *Dura lex, sed lex*.

²⁵ Sobre a questão da legitimidade política, veja-se Weber, Max (1983), *Fundamentos da sociologia*, Lisboa, Rés.

1.3. A terceira situação tem a ver com o modo concreto como se representam os modelos usados ao longo do tempo pelo estado (ou pelos três estados) para regular a circulação de pessoas e bens e a possibilidade individual de possuir propriedade ou bens de elevado valor material ou simbólico. O “passe” do tempo colonial ou a “guia de marcha” do tempo do socialismo desapareceram com a democracia. O mesmo quanto às representações sobre a maneira como o estado vê a relação indivíduo/propriedade. Ao longo das entrevistas foram recorrentes exemplos como “se você tivesse muito dinheiro” (no tempo colonial) ou “se você tivesse um bom relógio ou uma boa casa” (no tempo do presidente Samora Machel), “iam querer saber «onde você apanhou dinheiro?»” ou «como você conseguiu isso?». Essas práticas do estado nada têm a ver com as liberdades efectivas que se verificam, nesse domínio, desde a democratização²⁶.

Não é por acaso que muitos dizem “Agora é que estamos independentes/livres”. Quando solicitamos que expliquem a expressão, as respostas remetem para o que vem acontecendo desde os anos noventa, uma década e meia depois da independência formal: “Temos paz”, “Podemos trabalhar naquilo que quisermos”, “Temos a nossa propriedade”, “Podemos viajar para onde quisermos”.

O que se pode acrescentar, algo que surgiu em conversas muito pontuais, é que as pessoas consideraram com clareza que no tempo colonial o controlo do estado era socialmente selectivo. Visava os indígenas no intuito de favorecer os colonos e os assimilados. Mas no tempo do estado socialista de Machel o controlo do estado, mesmo que por vezes fosse posto em prática de forma arbitrária (como aconteceu, por exemplo, com a “operação produção” de 1983), era socialmente abrangente, ou seja, não discriminava as pessoas por quaisquer atributos identitários específicos de determinados segmentos sociais²⁷.

Esse é um pormenor relevante na distinção entre o estado colonial e o estado pós-colonial socialista. Muita gente refere, a propósito de qualquer dos estados, “onde há o bom, há sempre o mau” e pontualmente alguns acrescentaram “mas uma coisa é

²⁶ Aliás, mais do que “a democratização” o que as pessoas dizem é “com o presidente Chissano”. Dito por outras palavras, “democratização” e “chissanização” são praticamente sinónimos.

²⁷ O que se passou, por exemplo, com as testemunhas de Jeová merece uma análise específica a desenvolver posteriormente.

isso [autoritarismo do estado] acontecer entre nós moçambicanos, outra coisa é serem os de fora [colonos]”. Se extrapolarmos um pouco, é possível detectar a este nível que a crítica à colonização pode, em alguns casos, estar a ser deslocada dos “males” que o colono fez, para questões de identidade.

Dito por outras palavras, a negatividade da colonização (para alguns dos que assim a consideram) não tem necessariamente a ver com o “produto” da acção do estado colonial (basta olhar para a herança deixada em termos de “civilização material”, para usar uma expressão de Fernand Braudel), como durante muito tempo pretendeu o discurso legitimista da Frelimo, mas com quem era esse colono. Sendo alguém de fora, precisamente por isso, não tinha legitimidade para governar, mesmo que da sua acção possam ter resultado benefícios para “nós”, mas “eles foram os mais beneficiados”.

Este é, sem dúvida, um dos pontos a necessitar de aprofundamento²⁸. Todavia, a proximidade que se tende a estabelecer, na actualidade, entre o estado colonial e o estado pós-colonial socialista coloca no âmago da questão colonial um problema de identidade entre “nós” e “eles”, mas sem que isso se traduza num elementar “nós, os bons e o justos” e “eles, os maus, os exploradores, os opressores”²⁹.

Portanto, concluindo este ponto, se, num certo sentido, a transição da colonização para a independência é um marco cronológico relevante na organização do pensamento social sobre o político, noutro sentido, é mais fácil encontrar continuidades entre as representações da actuação do estado colonial em relação ao estado pós-colonial socialista, do que entre o modelo de actuação do estado pós-colonial socialista e do estado pós-colonial democrático.

Tem-se a intuição fundada de estarmos perante apenas dois modelos de actuação do estado, em três momentos históricos distintos: o modelo democrático (desde os anos

²⁸ Até porque a análise da luta de libertação nacional deixa a percepção de que o ideário nacional e anti-colonial só terá ganho verdadeira expressão massificada no final da colonização, sobretudo após a revolução de Abril de 1974 em Portugal e com as consequências que isso teve para o sistema colonial português.

²⁹ Por estas e por todas as outras razões é que o pensamento social é dinâmico. Falar da temática da colonização hoje não é a mesma coisa que falar do tema há três décadas, nem será o mesmo daqui a três décadas.

90) e o modelo pré-democrático (até finais dos anos 80) que abarca o estado colonial e o estado pós-colonial socialista.

2. A sustentável viabilidade do estado

A **segunda tese ou hipótese** que procurarei consolidar ao longo da investigação tem a ver com o facto de Moçambique, enquanto entidade territorial nacional ou enquanto tecido social abrangente, nunca parecer ter estado próximo de um qualquer colapso. Isso acontece precisamente pela forma como sociedade e estado foram interagindo ao longo do tempo, sobretudo nestas últimas quatro décadas em que as transformações sociais e políticas foram mais intensas. Para usar uma expressão comum, foram décadas de “aceleração da história”.

Essa potencial coesão de Moçambique ou, pelo menos, o impacto não tão catastrófico de diversos factores de desagregação (em particular a luta de libertação nacional e, sobretudo, a última guerra de “16 anos” que terminou com os acordos de paz de Roma de 1992), pode ser equacionado fazendo incidir a nossa análise nos dois grandes momentos de transição:

1º 1974-1975 – A transição da colonização para a independência significou, de facto, uma ruptura no que concerne à composição, estrutura e articulação do tecido social, particularmente ao nível das elites (económicas e que controlavam o estado). Mas isso não pôs em causa a viabilidade do país e a continuidade do estado (com tudo o que de relativo isso acarreta), entre outros aspectos, porque o modelo de actuação autoritário e centralizador do estado se manteve, havendo apenas diferenças de enfoque, de grau e de orientação ideológica. O estado pós-colonial socialista caracterizou-se, no geral, por um mais intenso e mais abrangente intervencionismo, com impacto percebido como tendencialmente positivo numas áreas (como, por exemplo, na educação) ou negativo noutras áreas (como, por exemplo, as políticas de nacionalização);

2º 1992-1994 – A transição da guerra para a paz, do monopartidarismo e centralismo económico para o multipartidarismo e liberalização económica³⁰

significou o inverso em relação à anterior. A alteração significativa do modelo de actuação do estado não se traduziu, até à actualidade, num colapso precisamente porque as elites que se vinham afirmando desde a independência em 1975 se mantiveram e viram mesmo reforçado o seu papel, não só político, mas nesta nova fase sobretudo económico. Portanto, mudou de forma profunda o modelo de actuação do estado, mas sustentado pela manutenção e reforço das elites.

Desse modo, para a estabilidade de Moçambique enquanto país - apesar de todas as vicissitudes por que tem passado que poderiam ter ameaçado a viabilidade do estado - foi fundamental o facto de as rupturas no tecido social, particularmente ao nível das elites, não terem coincidido com rupturas no modelo de actuação política do estado. É por isso que Moçambique não se terá aproximado, num passado recente, de qualquer colapso enquanto entidade política.

CONCLUSÃO

A fechar retoma-se o começo: a comunicação assenta apenas em primeiras impressões que o recente trabalho de campo, realizado entre os meses de Junho e Agosto de 2004 na cidade de Tete, permitiu apurar. Todavia, o volume do material empírico por tratar deixa muitas questões em aberto³¹.

³⁰ Esta fase pode ser considerada como tendo início ainda nos últimos anos da década de 80 e com a aprovação da nova constituição de 1990 que instituiu, precisamente, o multipartidarismo e a liberalização económica. Não é por acaso que, no geral, no discurso social as pessoas falam do “tempo do Presidente Chissano” em contraponto ao “tempo do Presidente Machel” (morto em acidente de aviação a 19 de Outubro de 1986).

³¹ O conteúdo das 61 entrevistas permitirá abordar, entre outros, temas como: as concepções de democracia e relação entre a democracia e o “interdito”, nomeadamente quanto às representações da “guerra dos 16 anos”; a caracterização das lideranças do estado no pós-colonialismo; percepções sobre o centralismo do estado; expectativas face ao próximo processo eleitoral; interpretação sobre a importância dos processos eleitorais; o individualismo crescente e a importância política da mobilidade social (individual ou de grupo); a influência das práticas religiosas nas concepções políticas; a consolidação administrativa do estado; a relação entre a Frelimo e o estado; a análise do pensamento político de pessoas explicitamente inseridas ou identificadas com formações partidárias, nomeadamente da Frelimo e da Renamo.